

A REPRESSÃO NO GOVERNO VARGAS E AS MEDIDAS COERCITIVAS AOS SIMPATIZANTES DO EIXO DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Marlene de Fáveri

Introdução

O presente artigo busca mostrar faces da repressão do governo Vargas sobre as populações de origens alemã e italiana em Santa Catarina durante a Segunda Guerra Mundial. O Estado catarinense, por ter recebido significativa parcela de imigrantes desde meados do século XIX, foi muito visado pela polícia política que, a partir dos acordos comerciais e negociações entre o Brasil e a Alemanha e principalmente com o reconhecimento do estado de beligerância iniciado pela Alemanha, implementou ações repressivas de caráter criminal contra esses imigrantes e descendentes. O estabelecimento de campos de concentração e de “afastamento” foram estratégias utilizadas para tirar de circulação os possíveis “eixistas” e/ou “anti-americanistas”, provocando um torvelinho de prisões, denúncias e medo na população de origem ítalo-alemã.

Trata-se de perceber o processo de imigração e a formação do ideário de “perigo alemão”, desde o final do século XIX até os acordos comerciais e o alinhamento com os Estados Unidos da América (EUA), e como isto se refletiu no cotidiano das populações catarinenses de origem européia, notadamente aquelas ligadas aos países do Eixo.

I. A imigração e o “perigo alemão”

No contexto da grande imigração européia para as Américas, a partir de meados do século XIX, até a década de 1940, perto de cinco milhões de imigrantes europeus vieram para o Brasil, dos quais a maior parcela migrou para os Estados do sul. Boa parte desses imigrantes deslocou-

se por meio de políticas imigratórias em função da agricultura, mas também se estabeleceram nas cidades, formando bairros concentrados e identificados por etnias. No Sul do país, colonos alemães, italianos, ucranianos, poloneses, dentre outros grupos, formaram comunidades e vilas separadas por etnia ou mistas, e ficaram, em boa medida, afastados do convívio direto com a sociedade nacional até os anos 30.

O relativo isolamento dessas colônias adveio de problemas enfrentados no início da colonização, quais sejam: a falta de organização eficiente para recebê-los; a demora na demarcação de terras (lotes) e o atraso para receber os títulos definitivos da propriedade; o modelo de ocupação das terras, que incluía imigrantes europeus, excluindo os trabalhadores nacionais; as dificuldades de acionar procedimentos de ajuda mútua por causa do povoamento disperso; a precariedade dos meios de transporte e das estradas, além de outros fatores que dificultaram a inserção destes colonos na sociedade nacional (Seyferth, 1999).

No Estado de Santa Catarina, ao instalarem seus núcleos coloniais, esses imigrantes estabeleceram relações sociais, econômicas, políticas e culturais que não se deram sem conflitos e promoveram a expulsão de índios e caboclos, na maioria das vezes com violência e extermínio. Os imigrantes europeus eram vistos como a solução para a regeneração da raça e a moralização do país, “atrasado e miscigenado”. Nas duas últimas décadas do século XIX e início do século XX, a mestiçagem evocava acirrados debates na compreensão dos destinos da nação. Silvio Romero, por exemplo, publicou, em 1906, a obra *O Alemanismo no Sul do Brasil*, denunciando às autoridades e à imprensa os riscos de um possível Brasil germânico e apontando para a necessidade de “integrar” essas populações por meio da assimilação cultural (Romero, 1906).

À época, corria a idéia de um “perigo alemão” nas colônias do sul do Brasil, onde os colonos estariam se recusando à assimilação, e de que os países sul-americanos seriam anexados ao *Reich* alemão, idéia esta proveniente da forma imperialista com que a Alemanha tratava povos da África e Ásia. Durante a Primeira Guerra Mundial, ainda que fossem manifestados mais pela população do que pelo governo, sentimentos patrióticos e nacionalistas provocaram tensões entre brasileiros e alemães, sobretudo quando os discursos pangermanistas evocavam a “grande

Alemanha”. Em 1890, foi criada, na Alemanha, a Liga Pangermânica (*Alldeutsche Verband*), organização que buscava valorizar os sentimentos de pertencimento à nacionalidade alemã bem como divulgá-los nas colônias, prestando, por exemplo, auxílio econômico às escolas das colônias.

Esse sentimento de pertencimento já vinha sendo alimentado desde meados do século XIX, quando se divulgavam as idéias de etnia eleita, os alemães como portadores de uma missão universal. A unificação tardia da Alemanha (1871), liderada pela Prússia de Bismarck e guiada por ideais românticos, como a busca de virtudes dos antepassados, despertava o gosto pelas tradições e sentimentos nacionais, cujas manifestações apareciam por intermédio de um movimento estético, filosófico e político liderado por grupos de literatos e poetas alemães, movimento que aguçava a busca da liberdade humana entrecruzada ao ideário de povo escolhido. É possível perceber que esses ideais apareciam nas comunidades de origem germânica no Sul do Brasil, com o uso da língua e preservação de costumes, reafirmando o *Deutschtum* – o cultivo da “germanidade” (Campos, 2006). Os imigrantes, imbuídos desse ideário, cultivavam seus ancestrais e mantinham esse sentimento étnico e, com a ascensão do nazismo, em 1933, não foi difícil acolher aos apelos da “grande Alemanha”.

Nos anos de 1930 e 1940, com Hitler no poder, o perigo de uma invasão alemã na América do Sul passou a ser considerado real, justificado pelas idéias imperialistas do *Fuhrer*, que não escondia o desejo de tornar a Alemanha um império poderoso. Entretanto, muitos ideólogos estrategistas viam nessas idéias a possibilidade de conquista do mercado local. A maioria da população era silenciosa e a sua posição, via de regra, só pode ser inferida das entrelinhas daqueles que falaram ou a partir de outras fontes. Gertz afirma que o perigo alemão existiu e que temê-lo era justificado. Mostra, porém, lamúrias queixosas de que o germanismo (*Deutschtum*) estava decaindo nos anos 20, referindo-se a cartas de alemães que visitavam as colônias e se desapontavam com o grau de abrasileiramento dos jovens, tanto nas cidades como nas colônias. Conclui que “o principal local de cultivo do germanismo estava nas elites urbanas e seus aliados intelectuais” (1991: 17-43)

Na década de 1930, o receio quanto ao perigo alemão volta à cena também por meio do Integralismo, cujos discursos, embora exacerbadamente

nacionalistas, evidenciavam a aproximação direta da Alemanha com a Itália, ou um receio italiano, levando Getúlio Vargas a reprimir aqueles que se engajavam na Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932 por Plínio Salgado. A propaganda fascista de Mussolini na formação da ideologia integralista foi eficaz, ainda que com contradições (Bertonha, 2001): vários jornais e livros foram utilizados na difusão dessas idéias, sessões doutrinárias eram realizadas, símbolos – principalmente o Sigma – e ritos foram criados. Em 1937, os integralistas eram mais de um milhão em todo o Brasil, com 115 jornais em circulação. Em Santa Catarina, havia dez jornais integralistas (Cavalari, 1999).

Embora muitos integralistas não apoiassem o nazismo e houvesse divergências entre eles, também havia laços importantes. Os nacional-socialistas tinham como princípio manter a limpeza da raça, o que não coadunava com as idéias de mescla racial apregoada pelos integralistas, motivo inclusive de tensões entre os membros da AIB e do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (*National Sozialistische Deutsche Arbeiter Partei*, NSDAP), em Santa Catarina (Falcão, 2000). Com o acirramento das perseguições aos alemães e italianos por motivo de segurança nacional, os integralistas foram acuados sob a mira da polícia, muitos membros se desligando do AIB.¹

2. Acordos comerciais e o alinhamento com os Estado Unidos

Nos anos 30, o Brasil acentuava suas relações econômicas com a Alemanha, o que ameaçava o poderio norte-americano e a idéia do panamericanismo. Em junho de 1936, o Brasil assinou com a Alemanha acordos comerciais que aumentavam o intercâmbio econômico entre os dois países. A Alemanha logo passou a ser o principal fornecedor de importações ao Brasil, suplantando os EUA, o que perdurou até praticamente o início da guerra. A esses acordos, somava-se a elevação recíproca do status das representações diplomáticas brasileira e alemã, com o intercâmbio e cooperação, inclusive, de experiências no combate ao comunismo. Exemplo mais contundente dessa cooperação é a deportação de Olga Benário Prestes, executada num campo de concentração alemão.

Esses laços com a Alemanha preocupavam os EUA e, após a Conferência de Buenos Aires, em dezembro de 1936, o Secretário de Estado norte-americano ofereceu recursos ao governo Vargas para a criação de um Banco Central. No entanto, em 1937, o Brasil renovava os acordos com a Alemanha, enquanto os EUA acenavam com a cooperação econômica e o envolvimento político com o objetivo de assegurar sua proeminência no Brasil.

A política de Vargas, na prática, traduziu-se em uma dupla aproximação, com os EUA e com a Alemanha, caracterizada por Gerson Moura como “eqüidistância pragmática”, segundo a qual o alinhamento com os EUA teria sido ditado por condições do sistema internacional e que Getúlio Vargas teria feito uso das oportunidades de então para obter ganhos econômicos, políticos e militares (Moura, 1980). Com a clara intenção dos EUA de aumentarem sua influência sobre o Brasil e sobre a América Latina, o governo americano passou a ceder às várias exigências do Brasil em troca do abandono de relações com a Alemanha, não sem barganhas, já que Getúlio Vargas fez o jogo duplo até a entrada efetiva do Brasil na guerra, o que ocorreu mais por motivações comerciais e econômicas do que ideológicas e políticas (Seitenfus, 2000).

Com o rompimento das relações comerciais e o posterior estado de guerra com a Alemanha, a informação de que o governo alemão exigia das firmas alemãs estabelecidas no Brasil a colaboração em serviços de espionagem contribuiu para reforçar a lógica da ação policial – toda firma alemã passou a ser objeto de suspeição. Muitas dessas empresas entraram na “lista negra” dos Aliados. Estar na lista significava que a empresa era suspeita de colaborar com os nazistas, negociar com a Alemanha, ou de que tinha – também as empresas italianas e japonesas – relações com os países do Eixo. Com a *The Proclaimed List of Certain Nationals*, a empresa sofria um boicote de produtos importados por parte do governo norte-americano, bloqueando as atividades de pessoas físicas ou jurídicas. (Quintaneiro, 2006). As pessoas que ocupavam cargos de chefia nessas empresas eram, quando considerado necessário, substituídas por pessoas de nacionalidade brasileira, expediente utilizado pelos ingleses e norte-americanos também na Primeira Guerra Mundial.

Em Santa Catarina, a firma Hoepcke, empresa que tinha importância no comércio regional e mantinha estreitas relações comerciais com a Alemanha, foi colocada na lista negra em maio de 1942, só saindo em julho de 1943, quando Aderbal Ramos da Silva tornou-se diretor-presidente da Carlos Hoepcke Comércio e Indústria, empresa que passou a ter “brasileiros natos em todas as suas chefias de departamento”.² A família Hoepcke era proprietária de numerosos imóveis, lojas, fábricas e estaleiros de Florianópolis, com filiais em diversos municípios do interior, comercializando direto com a Alemanha (Czesnat, 1980).

Com o ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, os EUA, declararam guerra ao Japão. Em 11 de dezembro, Alemanha e Itália uniram-se ao Japão e entraram em guerra contra os EUA. Getúlio Vargas convocou os membros do Governo e telegrafou a Roosevelt, declarando-se solidário com os EUA, o que deflagrou uma verdadeira guerra de nervos entre embaixadores dos países envolvidos. Na Conferência do Rio de Janeiro, o Brasil alinhou-se aos Aliados contra o Eixo, e, em 22 de agosto de 1942 (o Decreto Federal n. 10.358, de 31 de agosto de 1942), declarou-se o estado de guerra em todo o território nacional.

Com esse contexto, recrudescceu a perseguição aos imigrantes e descendentes de imigrantes de origem alemã, italiana e japonesa. Foi montada pela polícia brasileira uma caçada a espões, propagandistas do regime nazista e simpatizantes, comandada por Filinto Muller, Chefe da Polícia Política até 1942, então nomeado chefe de gabinete do Ministério da Guerra. (Cancelli, 1994). Essa foi uma estratégia de Vargas para dissipar os temores americanos com relação à simpatia de Muller pelo nazismo, numa farsa bem encenada para demonstrar que o país estava se democratizando. Ângela de Castro Gomes afirma que durante o mês de julho de 1942, eclode uma crise política envolvendo algumas das mais importantes personalidades do governo, e, dentre estas, Filinto Muller, cuja motivação foi justamente uma disputa entre correntes simpáticas à Alemanha ou aos EUA dentro do aparelho do Estado (Gomes, 1996).³

Quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo, em janeiro de 1942, movimento que já vinha sendo induzido por pressões norte-americanas e planos do governo inglês para desestabilizar a economia brasileira via boicote ou redução das importações de mercadorias, a

população se descontentou com o desemprego e reagiu. Os Estados Unidos procuravam se aproximar da América Latina de todas as formas, seja por meio de acordos econômicos, seja por intermédio de uma política cultural que divulgava o modo de viver norte-americano. A *Revista Seleções*, por exemplo, foi um baluarte na divulgação da política de aproximação e amizade entre os EUA e os latino-americanos, sendo o Brasil um ponto estratégico (Junqueira, 2000).

A política de boa vizinhança, que procurava enfatizar a igualdade soberana entre as nações das Américas, utilizou-se das mídias na propaganda ideológica. As ações da polícia política conectavam-se às estratégias governamentais de aproximação com os EUA, visando a minimizar o contato das populações naturais e descendentes dos países do Eixo. Os meios de comunicação da época – imprensa escrita e falada, cinema e rádio – fizeram construir o imaginário do perigo alemão, transformando as pessoas naturais ou descendentes daqueles países em inimigas da pátria brasileira. No Estado catarinense, as colônias eram habitadas, na sua maioria, por grande número de imigrantes e descendentes que cultivavam a língua, a cultura, a religião de origem e, no caso dos alemães, o culto à pátria. A aproximação do Brasil com os Aliados fez recrudescer a repressão e os meios de comunicação foram colocadas sob forte controle e censura. Em 1942, a polícia política detectou estações de rádio clandestinas com antenas transmissoras, inclusive na sede da Embaixada Alemã do Rio de Janeiro, por onde seriam enviadas mensagens de caráter secreto para a Alemanha (Perazzo, 1999:104 e 105).

O alemão Gustav Engels, por exemplo, naturalizou-se em 1934, casou com uma alemã e teve um filho brasileiro; morou em Joinville, onde trabalhou na Empresa Cia. Sul Americana de Eletricidade, filiada a uma empresa alemã. Em 1939, já havia sido recrutado como espião a serviço do Reich, chefiando a principal organização de espionagem alemã no Brasil, com o auxílio de colaboradores e de um potente radiotransmissor clandestino, com o qual repassava informações políticas e relacionava-se com vários países da América Latina. (Hilton, 1983:42-45)

O rádio era fundamental para as comunicações, meio de contato entre submarinos e navios de guerra em alto mar, ou da costa com as bases militares. Era também um aparelho sujeito à apreensão, por motivos

óbvios. Carlo Zampari, um espião italiano e preso pelo serviço secreto brasileiro, admitiu ter vindo para o Brasil com a missão de montar uma rede de rádio que espionasse e informasse sobre ações inimigas. Existia, em toda a América do Sul, 40 emissoras de rádio controladas pelo III Reich, além de jornais e cinemas, financiados por agentes nazistas, usando emissoras de rádio clandestinas localizadas no Brasil, Argentina, Chile e no Equador, as quais informariam os movimentos dos navios Aliados, segundo informações confidenciais.⁴

O rádio foi um aliado eficaz no projeto de Getúlio Vargas naquele momento, fazendo dele uso político, espalhando nos recantos mais longínquos o programa *Hora do Brasil*, produzido, a partir de janeiro de 1942, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e irradiado pela Rádio Nacional, mesma rádio que fez a primeira apresentação do *Repórter Esso*, em 28 de agosto de 1941, noticiando o torpedeamento de navios brasileiros, como *Testemunha ocular da História*. Inaugurada em 12 de setembro de 1936, a *Rádio Nacional* passou a ser monopolizada pelo governo em 1940, com programas que garantiam o caráter ideológico, voltado aos trabalhadores e lançando artistas e músicos de aceitação popular como Lamartine Babo e Ari Barroso.

O DIP, criado pelo Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, controlava os meios de comunicação. Era diretamente vinculado ao gabinete presidencial e organizado, nos Estados, como Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Precederam ao DIP o Departamento Oficial de Publicidade (2 de julho de 1931), o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (10 de julho de 1934) e o Departamento Nacional de Propaganda (início de 1938). Em novembro de 1935, as licenças para operar com rádios de ondas curtas foram suspensas e o noticiário das rádios restringiu-se ao que estava sendo publicados nos jornais (Goulart, 1990).

Os colonos, em grande parte, possuíam o aparelho e ouviam através das ondas curtas emissoras da Itália e Alemanha, na língua que conheciam. Com a repressão, os aparelhos foram apreendidos e levados para as delegacias, ou selados (lacre, impedindo de ligar, com selo do DEOPS), causando descontentamento dos proprietários – as cartas encontradas revelam pedidos de restituição dos aparelhos, entreveros e prisões por este motivo (Fáveri, 2005).

Nesse contexto, entre janeiro de 1942 a maio de 1945, as ações governamentais estavam voltadas contra os “perigos” representados na imagem do estrangeiro ou de pessoas de descendência dos países ligados ao Eixo, e a idéia de conspiração levou às perseguições policiais, legitimadas por editais e decretos. Em Santa Catarina, como em todo o país, alemães, italianos, japoneses⁵ e seus descendentes estiveram na mira da população e da polícia, o que causava enfrentamentos étnicos. Com a entrada do Brasil na guerra, a suspeição tornou-se mais explícita, aparecendo na imprensa, que veiculava artigos que apresentavam os estrangeiros e seus descendentes como inimigos do Brasil e prováveis colaboradores do Eixo.

Em Florianópolis, Joinville, Blumenau e provavelmente outras cidades de Santa Catarina, houve atos públicos, quando a multidão enfurecida apedrejou casas, pichou muros e paredes, quebrou placas de ruas e lojas com nomes alemães, achincalhou estrangeiros e descendentes, obrigando-os a darem vivas ao Brasil e aos Interventores Nereu Ramos e Getúlio Vargas, atos que continuaram esporadicamente nos meses seguintes. Houve passeatas e atos cívicos, cujas faixas diziam “Morram os ingratos!”, “Descendentes! Contra teu pai, contra teu irmão, mas pelo Brasil!”, conclamando a eliminação dos “canalhas e patifes”, divulgados na imprensa. Em Blumenau, aqueles que usavam o bigode de Hitler foram obrigados a irem à barbearia fazer uma “limpeza no rosto”, enquanto discursos eram pronunciados referindo-se aos alemães como “povo maldito”, “miseráveis boches” e “sugadores de sangue”.⁶

3. A repressão e os campos de concentração em Santa Catarina

A repressão aos alemães pode ser identificada em dois momentos, entre 1938 e 1942, que se distinguem a partir da intensidade da ação de ambos os lados – governo brasileiro e imigrantes alemães – e dos contextos políticos nos quais se inserem, como constata Priscila Perazzo. Em 1938, ainda que de maneira isolada, iniciaram-se as hostilidades contra imigrantes alemães, acusados do crime de ser estrangeiro e, em seguida, ser nazista. A Embaixada alemã protestava contra as prisões de forma arbitrária. Entretanto, a partir desse ano, percebe-se a prática policial contra alemães em geral, transformando-os em “suspeitos em potencial” de ameaça à

segurança nacional (Perazzo, 1999:197-199). Entre 1939 e 1942, as relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha estremeceram, tendo seu ponto mais crítico em 1942, quando os prisioneiros passaram a ser tratados como inimigos de guerra, colocados em presídios políticos sem direito a proteção jurídica. O que era uma questão nacional passou a fazer parte das negociações entre o Brasil e Aliados no campo da política internacional.

A Constituição do Estado Novo deu plenos e amplos poderes ao poder Executivo e, constituiu um Estado forte e independente de eleições e partidos. Seus ideólogos entenderam que só um poder centralizado e autoritário teria condições para resolver os problemas da sociedade. Buscavam justificativas afirmando que a democracia formal pautada no liberalismo não dera conta de resolver os problemas nacionais, e não raro recuperavam o perigo vermelho da denominada Intentona Comunista, defendendo que um governo autoritário e centralizador teria respaldo e possibilidades de sanar o que entendiam ser perigoso ao país. Com a supressão dos poderes do Supremo Tribunal Federal, no que tangia à guarda dos princípios constitucionais, a este restava acatar ou aplicar as leis que viessem do Executivo, ficando o presidente responsável por todas as medidas, mesmo aquelas praticadas pelas autoridades estaduais e municipais, pelas polícias (delegados) e pelos Secretários de Segurança Pública. Por esta via, as prisões eram consideradas legais, sem direito a *habeas-corpus* aos presos políticos, uma simples denúncia ou suspeita podendo tornar legal a prisão (Alves, 1993).

Em todo o país vigorava essa política repressiva que retirava qualquer direito a defesa. Mesmo sem provas, muitos homens e mulheres eram detidos nas cadeias locais ou levados às penitenciárias. Pela Constituição de 1937, no artigo 186, foi declarado estado de emergência em todo o território nacional, porquanto possibilitava a ordem de prisões, exílios e invasão a domicílio; instituiu-se a prisão preventiva e legalizou-se a censura a todos os meios de comunicações. Ou seja, uma Constituição que, à medida que” excluía politicamente, também incluía mais completamente do que nunca”, excluindo do campo político e incluindo, “com a mesma intensidade, no campo social”, num jogo próprio da natureza do Estado totalitário, no qual, “seja quem for, tenha um lugar definido na sociedade, como analisa Célio Pinto” (Pinto, 1999: 47).

Em Santa Catarina, com a guerra declarada, os presos políticos passaram a ser confinados na Penitenciária Agrícola da Trindade, em Florianópolis, e no presídio político Oscar Schneider, em Joinville. Conforme revelam correspondências analisadas, os presos políticos por conta da guerra não deveriam ser “misturados” aos presos comuns, evitando contatos ou “doutrinações dos súditos do Eixo”. Homens detidos nas comarcas do interior do Estado eram enviados para Florianópolis, para a Penitenciária Agrícola da Trindade, como suspeitos de crimes contra a segurança nacional, e o Ministério da Justiça considerava que o internamento dos “súditos da potência inimiga” era admitido pelo direito internacional, sem formalidades, mesmo que não houvesse indício de ‘atividade criminosa’” (Perazzo, 1999: 200).

A Penitenciária Agrícola da Trindade recolheu presos políticos de agosto de 1942 até o final de 1943. A partir de julho de 1944, voltaram a ser misturados presos políticos e presos comuns, conforme aponta a documentação oficial, por razão da falta de verbas para manter esta Penitenciária. Não há como contabilizar o número exato de presos políticos nesta penitenciária, porém, segundo dados das correspondências, é possível que chegassem a mil detidos. As fontes revelam que, já no ano de 1944, era permitido ao detido solicitar soltura via ofício ao Conselho Penitenciário, referindo-se a pedidos de perdão e livramento de condicional, dirigindo-se diretamente ao presidente da República.⁷

A presença do Conselho Penitenciário no Brasil data de 1924 e ficou mais atuante a partir de 1934, transformado-se em Inspeção Penitenciária e exercendo “então o controle moral sobre todos os estabelecimentos penais do país: quanto aos federais, pela inspeção direta e geral”; quanto “aos estaduais, pelo controle técnico do regime penitenciário” (Cancelli, 1984: 184). Esse Conselho era formado apenas por homens, uns inseridos nas relações das elites do Estado e ligados ao poder público (advogados, médicos, secretários de Estado, juizes, promotores, etc.), e outros que representavam o poder e tinham a fala autorizada e legitimada, portanto, intermediadores entre os presos políticos e o governo da República.

Os detidos e aprisionados eram processados pelo Tribunal de Segurança Nacional, instituído através da lei n. 244, de 11 de setembro de 1936 (substituindo a Lei de Segurança Nacional, instituída em abril

de 1935), como um Tribunal de exceção, desligado do sistema judiciário regular, funcionando como um instrumento de defesa do Estado a pretexto de punir os rebeldes da Intentona Comunista, para ter vigência temporária. Naquele momento, opositores do governo foram encarcerados, jornais fechados, jornalistas presos, liberdades de locomoção, reunião e pensamento foram cerceadas, greves proibidas e seus organizadores presos e deportados. Além disso, os militares que se manifestaram contra a Lei de Segurança Nacional foram acusados de conspiração contra o governo (Alves, 1993).

Com o golpe do Estado Novo e o decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938, o presidente e o ministro da Guerra estabeleceram os artigos de providências penais, definindo novas figuras criminais e a ativação deste Tribunal. O Tribunal de Segurança Nacional julgava crimes contra a integridade do Estado, contra as instituições e contra a economia popular; estando o país em estado de guerra, qualquer insubordinação ou denúncia nesse sentido levava o suposto criminoso a ser inquirido por este Tribunal, abrindo-se um processo.

Outro campo de concentração para presos políticos em Santa Catarina foi o Hospital Oscar Schneider (desde 1921 fora um hospital que abrigava doentes mentais), em Joinville, ativado para este fim em 1942, por determinação de Nereu Ramos, Interventor do Estado. Existem esparsos registros documentais desta prisão, as poucas informações podendo ser encontradas nos relatórios do Ministério do Exterior em Bonn,⁸ e da Cruz Vermelha, além das memórias das pessoas que viveram o tempo da guerra. Há indícios de que em 1943 oito alemães e teuto-brasileiros procedentes de Joinville encontravam-se presos na Colônia Penal “Cândido Mendes” (Ilha Grande, Rio de Janeiro).

Sobre esses registros, Osvaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, em 19 de julho de 1943, comunicou ao Secretario de Justiça e Negócios Interiores que a Embaixada da Espanha, encarregada da proteção dos interesses dos alemães no Brasil, solicitava intercessão do Itamaraty para que um encarregado do Vice-Consulado honorário da Espanha em Florianópolis pudesse “visitar os súditos alemães que se achavam internados nos campos de concentração de ‘Trindade’, perto de Florianópolis, e de ‘Oscar Schneider’, nos arredores de Joinville”.⁹ Essa

solicitação foi encaminhada ao Interventor Estadual em 31 de julho de 1943, e, em 30 de maio de 1944, foi feito o parecer desta visita:

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta o da Justiça e Negócios Interiores e tem a honra de comunicar-lhe que a Embaixada da Espanha, encarregada da proteção dos interesses alemães no Brasil, lhe passou nota informando-o de que os alemães internados no campo de concentração de “Trindade”, nos arredores de Florianópolis, que necessitam de cuidados médicos são invariavelmente transportados para a sala geral do Hospital da Santa Casa, onde recebem o mesmo tratamento dispensado aos indigentes.

Em conseqüência, a Embaixada da Espanha solicita que esses internados sejam de futuro, hospitalizados na Casa de Saúde São Sebastião, que se acha dotada de um completo serviço cirúrgico e sanitário, acrescentando que todas as despesas correrão por conta do internado.

Na hipótese dessa medida não ser viável, solicita a referida missão diplomática que os enfermos sejam recolhidos à sala de primeira classe do referido Hospital da Santa Casa, visto que as mais das vezes, os casos de hospitalagem são de caráter grave e urgente.

O Ministério das Relações Exteriores agradece ao da Justiça e Negócios Interiores o obséquio de habilitá-lo, com a possível urgência, a dar uma resposta sobre o assunto à Embaixada da Espanha.¹⁰

Do relatório resultam correspondências entre Julio Trinton, Chefe do Gabinete Interino da Presidência, e Nereu Ramos Filho, Secretário da Interventoria Federal do Estado de Santa Catarina.¹¹ De qualquer forma, não há como saber se efetivamente foram tomadas as providências solicitadas pela Embaixada. O parecer da embaixada da Espanha diz que os internos no campo de concentração da Trindade estavam sofrendo maus tratos e necessitavam de assistência médica, inclusive havendo casos de emergência hospitalar. O parecer não fala do campo de Oscar Schneider, que, ao que parece, não foi inspecionado. Entretanto, no Relatório do Ministério do Interior em Bonn, de 1944, consta que:

A instituição “Oskar Schneider” é um prédio antigo, vizinho do Cemitério de Joinville. Funcionava antigamente como hospício. O local não é insalubre. A vigilância está a cargo de uma divisão de polícia, sob as ordens de um

sargento, que é comandante da instituição. Os internados estão alojados em celas espaçosas. A administração fornece apenas a cama, mas neste meio tempo os internados já puderam prover-se de colchões e cobertores próprios. Em cada cela há uma mesa e um banco, há chuveiros e pias, bem como um grande salão para jogos de bastão e quintal para passeios e jogos de bola. Os presos não são obrigados a nenhum tipo de trabalho; muitos se dedicam a diversos trabalhos manuais. Periodicamente os internados recebem a visita de um médico. Em casos de acidentes ou doenças graves, ocorre a transferência para o hospital municipal. Não são realizados cultos dominicais. Visitas de familiares apenas são permitidas com autorização especial, com exceção do Natal, quando há uma permissão geral. As cartas são limitadas a 15 linhas.¹²

Se o relatório revela que os presos de Joinville eram “bem tratados”, não é o mesmo que diz a memória daqueles que viveram aquele momento, que revela pavor e medo.

Não é possível averiguar com exatidão o número de presos políticos nos anos de guerra, uma vez que os documentos oficiais omitem informações e foram em grande parte destruídos após a guerra, por interesses óbvios. Porém, os jornais locais noticiavam diariamente prisões efetuadas em todo o Estado, expulsões, desapropriações, conspirações, rádios apreendidos, demissões, bem como o que estava ocorrendo no resto do país, alimentando o imaginário de medo e estimulando a população a denunciar os “inimigos da pátria”, o que efetivamente ocorria. Também noticiavam e publicavam cartas de pessoas que se diziam patriotas e abjuravam solenemente as idéias “eixistas” e/ou integralistas, como as cartas de Alfredo Kilmack, de Donald Ritzmann e de Otto Roesler Filho, que diziam-se “comerciantes e industriais que, ainda moços inexperientes, viram-se arrastados por uma nefanda propaganda alienígena”.¹³ Não há dúvida de que era realmente necessário defender-se da repressão.

Segundo o relatório do Departamento de Ordem Política e Social, de 1942 a janeiro de 1943 foram efetuadas 695 detenções por motivo de segurança nacional, das quais 456 dos detidos foram postos em liberdade por não terem apurado gravidade, 15 por terem os processos arquivados pelo Tribunal de Segurança Nacional e 2 por pena cumprida no mesmo Tribunal, enquanto os demais continuavam detidos, incluindo 36 deles

que estavam cumprindo pena na Ilha Grande – Colônia Penal Cândido Mendes.¹⁴ Já nas fichas constantes por processos abertos pelo Tribunal de Segurança Nacional, especificamente do Estado de Santa Catarina, consta que o número final é 6.036, mas somente 293 processos estão disponíveis, sem notícias dos demais, e em números alternados até o fim da guerra, o que dificulta aproximações sobre quantas foram essas prisões.

A permanência nessas penitenciárias deveria variar conforme a gravidade do crime de lesa-pátria, mas em geral a polícia agia de forma arbitrária – dias, semanas, meses, anos, dependendo qual o motivo da detenção. Nas cadeias locais, ficavam poucos dias ou semanas, mas, se encaminhados às Penitenciárias, a saída tornava-se mais difícil, lembrando que aqueles considerados mais perigosos ficaram presos praticamente todo o tempo em que durou o estado de guerra. O engenheiro alemão e natural de Desdren, Hanz Walter Taggesell, radicado em Lages, por exemplo, esteve durante dezesseis meses no Presídio da Trindade, de agosto de 1942 a dezembro de 1943, considerado suspeito em potencial – chegara ao Brasil em 1924, culto, erudito, inserido na sociedade local e de situação financeira estável, foi um dos organizadores da Ação Integralista Brasileira, e destacado como propagandista das idéias de Hitler, conforme consta da documentação anexa ao processo aberto no Tribunal de Segurança Nacional.¹⁵

Na documentação dos autos aparecem muitas cartas endereçadas ao pai, na Alemanha, onde se observam preconceitos étnicos contra os brasileiros, tidos como preguiçosos e comodistas, em especial as mulheres, descritas como tendo sangue impuro e genitoras de filhos sífilíticos, reproduzindo o ideário eugênico de limpeza da raça e desqualificação dos brasileiros, o que, para o momento de exacerbação nacionalista, constituía-se crime. Nas cartas também aparece sua ligação ao Partido Nazista e inclinações políticas, onde narra a forma de cooptar adeptos:

[...] estava falando de Hitler para alemães aqui, mas minha introdução ainda não estava terminada quando um alemão nascido aqui assim interferiu, mas foi mal sucedido [...] esclareceu primeiramente que deveria saber sobre os judeus para a esse respeito poder fazer sua crítica sobre Hitler. Enfim, o resultado foi de conseguir fazer esclarecer dois brasileiros, não, porém, aos de raça alemã, isso vem esclarecer ao fato de que todo idiota de sangue puro e que fale dificilmente o alemão, julga poder ter sua opinião sobre Hitler.

O crime de doutrinação e conspiração era, para a polícia política, um dos mais graves, e não havia dúvidas que Hans conspirava: “o que Hitler fez até hoje é verdadeira surpresa, ao passo que no Brasil atualmente o aspecto é bem triste”; ou, conforme outra carta, de 7 de setembro de 1939: “não obstante ter-me posto à disposição da embaixada alemã, nós aqui somente podemos limitarmos a difundir tanto quanto possível a verdade sobre a Alemanha e isto também é feito com todo o esforço.” Revela ainda as dificuldades de recrutar dirigentes, além de constar do processo cerca de 44 fotografias apreendidas na casa de Hans, todas enaltecendo Hitler e a Alemanha. O processo de Hans é longo, e mostra os procedimentos da prisão, do inquérito e formas de como a polícia política agia nestes casos. Hans escreveu extensa carta ao TSN, em maio de 1943, dizendo-se inocente. Em setembro, foi absolvido por “insuficiência de provas”. Seu advogado e os depoentes que o defenderam eram pessoas bem relacionadas.

Outros tantos homens foram detidos, já que a polícia política trabalhava na perspectiva da lógica da suspeição, e os suspeitos eram detidos e ficavam à disposição da Delegacia de Ordem Política e Social até ser finalizado o inquérito, que podia durar dois, três, seis e até doze meses ou mais. Durante o Estado Novo, tendo em vista o perigo alemão e a atuação da polícia política, as redes de espionagem e contra a espionagem existiam, porém, muitos alemães, italianos, japoneses, e por vezes descendentes destes, foram presos sem que se comprovassem crimes – bastava uma denúncia, e eram tirados de circulação imediatamente: ou eram enviados ao interior do Estado, em lugares de “isolamento” ou “confinamento”, afastados das cidades do litoral e zonas de fronteira, ou ficavam nas delegacias locais, ou eram enviados para as Penitenciárias montadas para esse fim. Em Santa Catarina, foram várias as casas de isolamento nas quais ficaram muitos homens retirados do convívio social, onde permaneciam por tempo indeterminado, uma espécie de exílio onde deveriam ficar confinados. Se não acatassem as ordens, eram encaminhados às Penitenciárias ou aos campos de concentração.

A Constituição de 1937 previa que, em estado de guerra ou de emergência, poderia o presidente da República fazer a detenção em edifício ou local não destinado a réus de crime comum e ordenar desterro para outros pontos do território nacional ou residência forçada em determinadas

localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir. (Almeida, 1958). Portanto, legitimava o afastamento. A medida foi colocada em prática no Estado catarinense, conforme dizia o documento oficial, de que “[o] afastamento dos súditos do Eixo da faixa litorânea é, não há como negar, medida de prudência que vem contribuir eficazmente para a segurança do país, dela se beneficiando muito particularmente nossa navegação de cabotagem”.¹⁶

O internamento foi uma prática comum durante a Segunda Guerra Mundial. Essa era a forma de reclusão dos indesejáveis, ou o “Limbo”, na terminologia de Hannah Arendt. A autora observa como essa prática, cara aos regimes totalitários, destrói a pessoa jurídica e moral, aniquilando sua dignidade, condição para o seu completo domínio e morte de sua identidade (1989: 496 e seguintes). Em Santa Catarina, os afastados foram localizados em Bom Retiro, Lages e São Joaquim, segundo relatório da Ordem Social. Segundo esse relatório, entre 1942 e janeiro de 1943, foram afastados 49 homens de Florianópolis, 100 de Itajaí, 57 de São Francisco do Sul, 26 de Laguna e Imbituba, e 260 de Chapecó¹⁷, ou seja, portos e regiões de fronteira. Entretanto, o relatório omite outros campos de afastamento, como o de Timbé do Sul, no sul do Estado, onde as memórias dos sobreviventes deste tempo recordam com detalhes precisos o cotidiano e as formas como eram tratados.

Outras ações da polícia política no contexto da guerra fizeram com que homens e mulheres fossem violentados nos seus direitos mais elementares: o direito de ir e vir; o de falar e se expressar; o de comunicar-se com os familiares através de correspondências; o de guardar fotografias e objetos da memória familiar; o de enterrar seus mortos e praticar suas crenças religiosas e/ou políticas na língua de origem; o de fazer mudança ou viajar sem autorização; e o de exercer a cidadania, entre outros. As estratégias de repressão, criadas através de leis e decretos, legitimaram a linha dura na perseguição de todo e qualquer estrangeiro, brasileiro naturalizado ou nascido no país que não se alinhasse à política ideológica de um Estado que geria a população nos mínimos detalhes, querendo homogeneizar condutas e sentidos, abrasileirar a qualquer custo. As mulheres, se pouco aparecem como perigosas, estavam vivenciando e resistindo às normatizações; foram também afastadas de casa, e deixaram cartas dirigidas aos governantes, onde se podem ler contundentes apelos pelo retorno ao lar.

Santa Catarina era um Estado visado na constituição de sua população, em grande parte imigrante e descendente, com cidades, vilas e comunidades rurais que cultivavam a cultura e a língua de origem pátria, tendo sido alvo das políticas de “abrasileiramento”, recebendo inclusive contingentes de soldados de outras partes do país para fazer a guarda e manter a ordem, como os Batalhões de Infantaria e de Caçadores, tendo à frente a 5ª Região Militar, sediada em Curitiba. As ordens tinham que serem cumpridas, portanto.

O aparato repressivo montado pela polícia política, através do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), tinha no alvo os chamados “quinta-colunas”, supostos espiões e traidores da pátria, não cabendo recurso aos acusados e detidos: à denúncia, seguiu-se prisão; depois, averiguar-se-ia a veracidade do delito, ficando os suspeitos detidos em cadeias locais, afastados da residência, confinados em campos de concentração ou enviados a prisões políticas fora do Estado, dependendo do crime praticado, na ótica da polícia.

A polícia política estabelecia com a população uma relação de poder na medida em que esquadrihava a conduta e a fala das pessoas, com o auxílio de “inspetores de quarteirão” (homens designados para ouvir e delatar os falantes em outra língua e/ou que professassem ideologias contrárias à pátria brasileira), estabelecendo uma rede de rumores que amedrontava e produzia o medo, oportunizando redes de denúncias entre vizinhos. As pessoas conviviam com o medo da prisão ao menor deslize na língua (um Edital da Segurança Pública, de janeiro de 1942, proibia o uso da língua de origem), agravado com o temor de castigos físicos, estratégia disciplinadora presente nas práticas e representações deste controle sobre o outro, sobretudo sobre estrangeiros e descendentes.

A prática de violentar o estrangeiro, obrigando-o a engolir óleo (diesel, óleo queimado, de rícino, misturado com gasolina), foi recorrente em todo o Estado, e aparece com sentido simbólico de “batismo”, forma de humilhar e fazer abrasileirar-se por meio da violência física, mas também psicológica, forçando-o a renegar sua cultura e seus valores – ou fazer circular o “sangue da pátria” e tornar-se cidadão brasileiro. Em termos clássicos, a cidadania pré-condiciona um conjunto de direitos civis, sociais e políticos do Estado de pertencimento, o que quer dizer ter o direito de participar das decisões,

à defesa, dispor da palavra para exprimir a vontade política, essência da democracia formal, ou, nos argumentos de Norberto Bobbio, um Estado que garanta aos cidadãos uma situação de segurança (Bobbio, 1994).

Não havia garantias de cidadania no governo Vargas, um governo despótico alçado à imagem do corpo político da nação, com todo o poder em suas mãos e fazendo o jogo de ser amado e temido, não coadunava com instituições democráticas. No jogo da inclusão/exclusão, os estrangeiros, mesmo que naturalizados, eram excluídos de direitos de cidadania e incluídos nas penalidades. O fato de “tornar-se brasileiro” não dava ao torturado nenhuma garantia de eximir-se de culpas. Pelo contrário, o discurso o desenhava traidor; nas memórias dos torturados, ainda hoje reverbera um silêncio. Esta era uma prática fascista na Itália de Mussolini, com conseqüências de ser o torturado reduzido à condição de animal, ocorrendo mortes nas prisões em função da desidratação. “Às razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais”, argumenta Michael Pollak sobre o “esquecimento” do pós-guerra francês (Pollak, 1983: 6).

Como e para quem denunciar as arbitrariedades? Hannah Arendt salienta esse domínio de ninguém – “um sistema intrincado de departamentos nos quais nenhum homem, nem um único nem os melhores, nem a maioria nem a minoria, pode ser tomado como responsável, percebendo que talvez fosse essa a mais formidável forma de dominação”. (Arendt, 1994:33). Terminada a guerra, nenhuma responsabilidade foi apurada; pelo contrário, construiu-se uma memória de heroísmo dos militares na luta contra o que chamavam de “quistos étnicos”, e outras memórias enaltecendo os heróis do *front* na Itália, os ex-combatentes. Nota Ives Michaud que, nos regimes totalitários, manipulam-se as dimensões da obediência de forma a garantir a credibilidade repressiva do poder, numa complexa rede de dependências, ameaças, exclusões e tornando a *dominação total ilocalizável, invisível e sufocante. A violência se apaga em proveito de uma multiplicidade de controles* (Michaud, 1989:58-9).

Conclusões

Pode-se argüir que a guerra, ou as relações que se estabeleceram, as leis e os decretos efetivados por conta dela, fizeram produzir sujeitos ou

pessoas que passaram a ser nomeadas – o quinta-coluna, o pracinha, o nazista, o alemão perigoso, o patriota, o brasileiro, o fascista, o inspetor de quarteirão, o delator, etc. – e incluídas num determinado enunciado, num discurso, portanto, que funda o sujeito, ordena, molda, morigera, esquadrinha, vigia, pune; também obriga, constrange, dociliza, apassiva, e o expõe à lei. São poderes exercidos nas entranhas do cotidiano, nas resistências amiúdes que destroem a idéia de poder centrado no Estado, mas vivido nos “micropoderes”, exercidos na relação de confronto ou lutas de poder (Foucault, 1993:15). Se o projeto nacionalizador se esmerou em homogeneizar a todos e integrá-los à pátria brasileira, muitas pessoas driblavam as normas e exerciam seus poderes – homens e mulheres, no calor da guerra, escreveram cartas, dissimularam, inventaram estratégias, desafiaram as autoridades, mobilizaram-se.

No que tange às relações internacionais, não há dúvidas de que foram os acordos econômicos com ganhos a partir do alinhamento com os EUA (Aliados) que deram o teor das práticas repressivas mais contundentes; afinal, era preciso mostrar um aparato eficaz de repressão aos que não aceitassem a situação posta. Evidentemente, havia espionagens e nazistas infiltrados nas redes de poder e econômicas, e as ligações com o Partido Nazista e simpatias à Alemanha existiam. Entretanto, René Gertz mostra que houve fortes oposições àquelas idéias, motivadas pelo medo de que o Partido assumisse a liderança sobre os teutos no Brasil e, por isso, o número de membros permaneceu muito baixo. Analisando fontes diversas, Gertz chega ao número máximo de 5.000 membros do Partido Nazista no Brasil. Nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, havia entre 400 e 500 partidários, de um total de 25.000 alemães natos nesses dois Estados (1987).

A partir da análise das profissões dos 69 presos políticos ligados ao Partido Nazista em Florianópolis/Trindade, em dezembro de 1943, percebe-se que constituíam um distinto grupo social urbano, que mantinha ligações diretas com empresas e consulados alemães, dependendo deles para a sua sustentação econômica dentro da colônia alemã existente em São Paulo ou Florianópolis.¹⁸ Portanto, para além das intrincadas redes de poder e interesses econômicos que tornaram viável tanto o alinhamento com os EUA quanto a entrada do Brasil na guerra, questões culturais, ideológicas

e políticas mobilizaram pessoas que se viram obrigadas a tomarem uma posição, e, grosso modo, o país dividiu-se entre delatores e delatados; mas, não sejamos ingênuos: de ambos os lados havia intolerâncias e abusos de poder, culminando em violências.

Notas

- 1 Em 1945, alguns deles se engajaram na União Democrática Nacional (UDN), partido político criado pelos opositores de Vargas.
- 2 Ofícios Recebidos de Diversos, jan./dez. 1943, Palácio do Governo, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).
- 3 Ironicamente, Filinto Müller fez parte do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, criado pelo Ministério da Justiça em 1971.
- 4 Ofício NP/38/94 (00)-945. 1(81) (30). IJ1 “1382”, Ministério da Justiça, Secretaria de Segurança Nacional, Cópia de Ofícios Recebidos de Autoridades Diversas (1941-1942), Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- 5 A população japonesa em Santa Catarina era mínima, fato que a omite na documentação oficial.
- 6 Apareceram em *O Estado, A Gazeta, A Notícia, Gazeta de Blumenau*, de 18-30/8/1942.
- 7 Ofícios da Penitenciária JD/I/E/S, Pe, 1943/4, APESC. Todos esses ofícios estão numerados de 1 a 381.
- 8 Arquivo Político do Ministério do Exterior em Bonn. Microfilme 24, Arquivo Histórico de Joinville. Trad. Maria Thereza Böebel.
- 9 SGX/410/945.1 (81) (42). Carta de Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, ao Secretário dos Negócios Interiores, 19 de julho de 1943. Assunto: Visita aos detidos alemães nos campos de concentração de “Trindade” e “Oscar Schneider”. Cartas Recebidas dos Ministérios, 1941/1944, Palácio do Governo, APESC.
- 10 GPM/594-44, DPD/294/945.1(81) (42). Assunto: Assistência Médica dispensada aos internados no campo de concentração “Trindade”. Ofício com carimbo do Gabinete, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1944., Cartas..., *idem*, APESC.
- 11 G/3807 (GMP 594-44). Carta de Julio Trinton, Chefe do Gabinete Interino da Presidência, Rio de Janeiro, a Nereu Ramos Filho, Secretário do Interventor Federal, Florianópolis, em 14 de junho de 1944. Cartas..., *idem*, APESC.
- 12 Situação dos alemães no estado de Santa Catarina. Arquivo Político do Ministério do Exterior em Boon. Microfilme nº 24. Arquivo Histórico de Joinville.
- 13 Jornal *A Gazeta*, 3 e 19/9/1942. Outras notas aparecem nas edições de 6/9/1942 e 30/9/1942 do mesmo jornal. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.
- 14 Relatório da Delegacia de Ordem Política e Social, relativo ao período entre 27/1/1942 a 27/1/1943. Março de 1943. Acervo Privado de João Batista Ramos Ribas (Antonio de Lara Ribas). Florianópolis, SC.

- 15 Processo-crime nº 3.307-Hans Walter Taggesell (Apelação nº 1.640), Fichário: Santa Catarina, Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Da p. 5 a 107 do processo estão as cartas em alemão; da p. 108 a 124, as traduções para o português.
- 16 Ofício nº 9-B/O, do General de Divisão da 5ª Região Militar, Curitiba, Newton de Andrade, ao Interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 9/1/1943, Ofícios do Ministério da Guerra para Palácio do Governo, Livro 1942-1944, APESC.
- 17 Relatório do Delegado de Ordem Política e Social, Capitão Antonio de Lara Ribas, Florianópolis, ao Secretário de Ordem Política e Social, Antonio Carlos Mourão Raton, Florianópolis, em 3/1943, Pasta Acervo Privado de João Batista Ramos Ribas (filho de Antonio de Lara Ribas), Florianópolis.
- 18 Ofício (cópia) de Antonio de Lara Ribas, Delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina, para Antonio Carlos Mourão Raton, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina. Florianópolis 03/12/1943. Ministério da Justiça, Seção de Segurança Nacional IJ1 “1382”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Fernando Mendes (org) (1958), *Constituições do Brasil (1824-1946)*. São Paulo, Saraiva.
- ALVES, Paulo (1993), “O Poder Judiciário no Estado Novo”. *História*, vol. 12.
- ARENDT, Hannah (1989), *Origens do Totalitarismo. Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo* (3ª ed.). São Paulo, Companhia das Letras.
- BERTONHA, João Fábio (2001), “Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo Italiano, o Integralismo e o Problema dos Descendentes de Italianos no Brasil”. *Revista Brasileira de História*, vol. 21, nº 40.
- BOBBIO, Norberto (1994). “Democracia”, in N. Bobbio; N. Matteucci; Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da UnB, vol. 1.
- CAMPOS, Cynthia Machado (2006), *A Política da Língua na Era Vargas. A Proibição de Falar Alemão e as Resistências no Sul do Brasil*. Florianópolis, Editora Autores Catarinenses.
- CANCELLI, Elizabeth (1994), *O Mundo da Violência. A Polícia na Era Vargas* (2ª ed.). Brasília, Editora da UnB.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (1999), *Integralismo. Ideologia e Organização de um Partido de Massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru/ São Paulo, EDUSC.
- CZESNAT, Lúcia de Oliveira (1980), *As Estruturas das Atividades Comerciais da Empresa de Carl Hoecke e Cia no Contexto Catarinense*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, UFSC.
- FALCÃO, Luiz Felipe (2000), *Entre Ontem e Amanhã. Diferença Cultural, Tensões Sociais e Separatismo em Santa Catarina no Século XX*. Itajaí, Editora da UNIVALI.

- FÁVERI, Marlene de (2005), *Memórias de Uma (Outra) Guerra. Cotidiano e Medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina* (2º ed.). Florianópolis/Itajaí, Editora da UFSC/ UNIVALI.
- FOUCAULT, Michel (1993), *Microfísica do Poder* (11º ed.). Rio de Janeiro, Edições Graal.
- GERTZ, René (1987), *O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, Nazismo, Integralismo*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- _____. (1991), *O Perigo Alemão*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- GOMES, Ângela de Castro (1996), *História e Historiadores. A Política Cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- GOULART, Silvana (1990), *Sob a Verdade Oficial. Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo, Marco Zero/CNPq.
- HILTON, Stanley (1983), *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- JUNQUEIRA, Mary Anne (2000) *Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções. Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1979)*. São Paulo/Bragança Paulista, EDUSF.
- MICHAUD, Ives (1989), *A Violência*. São Paulo, Editora Ática.
- MOURA, Gerson (1980), *Autonomia na Dependência: a Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- PERAZZO, Priscila (1999), *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*. São Paulo, Arquivo do Estado.
- PINTO, Céli Regina (1999), "Foucault e as Constituições Brasileiras: Quando a Lepra e a Peste se Encontram com os Nossos Excluídos". *Educação e Realidade*, nº 24, vol. 2.
- POLLAK, Michael (1983), "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3.
- QUINTANEIRO, Tânia (2006), "Dilemas da Cooperação. Conflitos Gerados pela Política das 'Listas Negras' no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial". *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 49.
- ROMERO, Silvio (1906), *O Alemanismo no Sul do Brasil: Seus Perigos e Meios de os Conjurar*. Rio de Janeiro, Heitor Ribeiro.
- SEYFERTH, Giralda (1999), "A Colonização Alemã no Brasil. Etnicidade e Conflito", in Boris Fausto (org). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da USP.
- SEITENFUS, Ricardo (2000), *A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Editora da PUCRS.

Resumo

Durante o período em que o Brasil esteve em declarado estado de guerra aos países do Eixo (1942 a 1945), as ações da polícia política do governo voltaram-se para a perseguição e prisão de estrangeiros provenientes dos países inimigos e seus descendentes, culminando numa “outra guerra”, interna, com o objetivo de “nacionalizá-los” a qualquer custo e manter relações diplomáticas com os países aliados, capitaneados pelos Estados Unidos. Essas relações podem ser percebidas no cotidiano das pessoas que viviam em Santa Catarina, com prisões e o funcionamento de campos de concentração.

Palavras chave: Governo Vargas; repressão aos ítalo-germânicos; Segunda Guerra Mundial; Santa Catarina; Relações Internacionais.

Abstract

During the period in which Brazil had declared war against the Axis powers – Germany, Italy and Japan –, from 1942 to 1945, the Vargas administration’s political police turned to persecution and imprisonment of naturals of those countries and their descendants incurring in ‘another war’, this time, domestic. This war could be observed in the daily life of inhabitants of the state of Santa Catarina, especially in the way Vargas’ state apparatus attempted to tutor the population by way of aggressive measures against those said to be “enemies of the Nation”. To this end, they launched the National Security Court, through the Department of Political and Social order, which resulted in imprisonment and concentration camps.

Key-words: Vargas Administration; repression of Teuto-Italians; World War II; Santa Catarina; International Relations.